

Domínios de Existência: realismo crítico e ontologia estratificada do mundo social

Gabriel Peters¹

Resumo

O artigo acompanha a passagem do “realismo transcendental” ao “naturalismo crítico” no trabalho de Roy Bhaskar, com um foco especial sobre a “ontologia estratificada” que o autor extraiu de suas análises das ciências naturais e sociais. Ao unir suas caracterizações ontológicas da natureza e da sociedade sob o guarda-chuva filosófico do “realismo crítico”, Bhaskar retrata o mundo como um conjunto de “sistemas abertos” nos quais entidades dotadas de potenciais causais intrínsecos, ao entrarem em complexas relações que ativam ou bloqueiam tais potenciais, geram sequências de eventos. Transposta para a investigação do mundo social, essa ontologia disposicional evita tanto a redução individualista quanto a reificação coletivista, reconhecendo a realidade das estruturas sociais sem negar que a efetivação de seus poderes causais é mediada pelos poderes causais dos agentes humanos por elas influenciados. O texto é concluído com a apresentação de um dos modelos da estratificação ontológica da vida social oriundos do realismo crítico. Ao tomar os níveis individual, interacional, institucional, estrutural e cultural da sociedade como relativamente autônomos e, ao mesmo tempo, interinfluentes, uma teoria social realista supera reducionismos *a priori* e oferece uma orientação analítica fecunda para a pesquisa empírica do mundo social.

Palavras-chave: Realismo transcendental; naturalismo crítico; filosofia das ciências naturais; filosofia das ciências sociais; ontologia estratificada.

Domains of Existence: critical realism and the stratified ontology of the social world

Abstract

The article follows the transition from “transcendental realism” to “critical naturalism” in Roy Bhaskar’s work, with a special focus on the “stratified ontology” that the author has extracted from his analyses of the natural and the social sciences. By uniting his ontological accounts of nature and society under the philosophical umbrella of “critical realism”, Bhaskar portrays the world as a set of “open systems” in which entities endowed with intrinsic causal potentials, by entering into complex relations that activate or block those potentials, generate sequences of events. Transposed into the investigation of the social world, this dispositional ontology avoids both individualist reduction and collectivist reification, recognizing the reality of social structures without denying that the actualization of their causal powers is mediated through the causal powers of the agents they influence. The text concludes with the presentation of one of the models of the ontological stratification of social life

1 Professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

stemming from critical realism. By taking the individual, interactional, institutional, structural and cultural levels of society as both relatively autonomous and inter-dependent, a realist social theory overcomes a priori reductionisms and offers a fruitful analytical framework to the empirical study of the social world.

Keywords: Transcendental realism; critical naturalism; philosophy of the natural sciences; philosophy of the social sciences; stratified ontology

Introdução: realismo transcendental e naturalismo crítico²

Na designação do movimento interdisciplinar que floresceu a partir dos trabalhos filosóficos de Roy Bhaskar, a expressão “realismo crítico” emerge da junção entre “realismo transcendental” e “naturalismo crítico” (BHASKAR, 2010, p. 190). O “realismo transcendental” foi primeiramente desenvolvido por Bhaskar (2008 [1975]) como uma caracterização das fundações ontológicas do conhecimento científico-natural, enquanto a formulação subsequente do “naturalismo crítico” pelo mesmo autor (BHASKAR, 1998 [1979]) estendeu sua visão realista às ciências sociais. Em cada um dos casos, o caminho trilhado por ele consistiu em uma via média entre posições conflitantes no debate filosófico sobre o *status* do conhecimento científico da natureza e da sociedade. O presente artigo explora as lições analíticas que a teoria social pode extrair, ancorada nas contribuições do próprio Bhaskar e de outros adeptos do realismo crítico, da ontologia “estratificada” e “emergentista”

associada a esse movimento intelectual. Brotando primeiramente da sondagem bhaskariana dos pressupostos ontológicos da ciência natural, aquela perspectiva se mostrou relevante também para o debate teórico acerca das entidades e processos constitutivos do mundo societário. Vejamos³.

Como uma concepção das ciências da natureza, o realismo transcendental fustigava tanto as modalidades velhas e novas de empiricismo positivista, de um lado, quanto as diversas formas de “superidealismo” antirrealista, de outro (BHASKAR, 2010, p. 11). Por um lado, não bastassem as lições pós-positivistas sobre a impossibilidade de observações isentas de “teoria” na ciência (ALEXANDER, 1999), o empiricismo positivista, enquanto retrato epistêmico das ciências naturais, também foi criticado por Bhaskar devido à sua ideia erroneamente “sucessionista” de causalidade e ao caráter “plano” da ontologia por ele pressuposta (BHASKAR, 2008, p. 57). As visões neoidealistas da ciência, por outro lado, perfilhavam a sensata ênfase pós-positivista sobre a impregnação das observações científicas por “paradigmas” ou “quadros conceituais” social e historicamente variáveis, mas terminaram por radicalizar aquela ênfase a ponto de sustentarem ser impossível apreender as propriedades de uma realidade exterior a tais “paradigmas” ou “quadros conceituais”.

A primeira formulação do realismo transcendental por Bhaskar apareceu no meio da década de 1970; portanto, anteriormente à voga do “relativismo pós-moderno” na filosofia e nas ciências humanas a partir dos anos de 1980. Escrevendo antes da publicação de influentes bandeiras dessa perspectiva relativista, como “A

2 Agradeço a Thiago Duarte Pimentel e a Frédéric Vandenberghe pela oportunidade de contribuir para o presente dossiê. Minha gratidão vai também para Cynthia Hamlin, cuja paciente consultoria no tocante a tecnicidades bhaskarianas me poupou de um punhado de embaraços. Quanto aos embaraços restantes, eles são, é desnecessário dizer (mas direi mesmo assim), de minha exclusiva responsabilidade.

3 Neste como em quaisquer outros artigos, as restrições de espaço obviamente impõem uma limitação de foco. Não somente escaparão à presente análise a segunda e a terceira “ondas” do pensamento de Bhaskar (a saber, o “realismo crítico dialético” e a “filosofia da metarrealidade” respectivamente [HAMLIN, 2017; HARTWIG, 2007; VANDENBERGHE, 2010, cap.1]), mas também ficarão de fora aspectos vários da primeira fase da obra bhaskariana, como sua tentativa de superação da dicotomia fato/valor e suas considerações sobre o papel emancipatório do conhecimento científico-social (BHASKAR, 2009).

condição pós-moderna” de Lyotard e “*A filosofia e o espelho da natureza*” de Rorty (ambos de 1979), Bhaskar teve primeiramente por principais alvos “idealistas” os trabalhos de Bachelard e Kuhn sobre a ciência moderna (BHASKAR, 2010, p. 11; LYOTARD, 1984; RORTY, 1981). Como herdeiros longínquos do idealismo transcendental kantiano, ainda que bem mais sensíveis do que Kant fora ao feitio sócio-histórico dos pressupostos cognitivos que tornam possível o conhecimento científico, Bachelard e Kuhn frisaram o papel ativo do sujeito cognoscente na produção da ciência como retrato organizado do mundo. Impressionados em face da dependência decisiva que a pesquisa empírica na ciência possui em relação aos pressupostos teóricos prévios que orientam os cientistas, o filósofo francês e o historiador estadunidense se viram instados a abraçar uma visão agnóstica ou mesmo cética quanto às propriedades da “coisa em si”. Nesse sentido, eles teriam incorrido no erro que Bhaskar (2008, p. 26-35) denomina de “falácia epistêmica”, o qual consiste na subordinação de questões ontológicas (i.e., relativas ao mundo tal como ele é em si) a questões epistemológicas (i.e., relativas às possibilidades e limites epistêmicos do sujeito cognoscente). Vale distinguir de saída, no entanto, entre o sentido racionalista no qual Bachelard (1978) desenvolveu a relação entre epistemologia e ontologia (entre o “racional” e o “real”), de um lado, e a inflexão relativista que uma série de intérpretes extraíram da historiografia kuhniana da ciência, de outro⁴.

O influentíssimo trabalho de Kuhn sobre “*A estrutura das revoluções científicas*” (1999 [1962]) diferia obviamente do racionalismo

transcendental kantiano em uma miríade de aspectos. Um deles era sua ênfase sobre o caráter *socialmente* partilhado e *historicamente mutável* das pressuposições cognitivas (“paradigmas”) mediante as quais os membros de uma “comunidade científica” (Ibid., p. 176-181) conferem inteligibilidade aos seus objetos empíricos. Bhaskar concorda com essa inflexão dada por Kuhn ao exame dos pressupostos epistêmicos da atividade científica. No entanto, na medida em que o autor norte-americano subordinou a ontologia à epistemologia, o seu sensato “relativismo epistêmico” acabou deslizando, no entender bhaskariano, para um inaceitável “relativismo ontológico”. Em outras palavras, partindo da tese correta de que os seres humanos acessam cognitivamente o mundo através de quadros conceituais social e historicamente plurais, Kuhn desembocou na sugestão errônea de que existiriam tantos mundos quantos fossem aqueles quadros conceituais radicalmente distintos. Se é preciso reconhecer que Kuhn, a bem da verdade, expressou opiniões discrepantes acerca das implicações filosóficas de sua historiografia da ciência, é inegável que ele efetivamente escorregou para tal relativismo em vários momentos de sua obra, como na sua asserção frequente de que cientistas orientados por paradigmas diferentes “vivem em mundos diferentes” (Ibid., p. 111; 117-118; 135; 150). Seja como for, independentemente da opinião do próprio Kuhn, também é certo que diversos intérpretes do seu pensamento extraíram deste implicações relativistas. Frequentemente misturada a outras perspectivas, como a teoria dos “jogos de linguagem” do segundo

⁴ Logo na entrada *d’O novo espírito científico*, Bachelard afirma que “o sentido do vetor epistemológico...vai seguramente do racional ao real e não, ao contrário, da realidade ao geral, como o professavam todos os filósofos de Aristóteles a Bacon” (1978, p.92). O filósofo francês não foi, entendamos bem, nem um relativista nem um idealista transcendental à moda antiga, isto é, desatento ao confronto sistemático entre teorização e experiência na atividade científica. Não obstante, como mostrou Vandenberghe (2010, p. 51-52), Bachelard não ousou dar o passo realista de sustentar que o caráter estruturado e organizado do saber científico é tornado possível pelo caráter estruturado e organizado da própria realidade que aquele saber procura apreender, e não “somente” o resultado das operações de organização pelas quais a razão humana acessa o mundo

Wittgenstein (e.g., LYOTARD, 1984, p. 10, 40, 73; RORTY, 1981, p. 6-13) ou o pós-estruturalismo de Derrida (e.g., RORTY, 1989, p. 122-137), a inflexão relativista na filosofia da ciência resultou em um coquetel de antirrealismo pós-moderno que veio a se tornar um dos principais alvos do realismo crítico *qua* movimento intelectual (LOPEZ; POTTER, 2005).

Do empiricismo ao relativismo ao realismo crítico; ou as cambalhotas de Kant

Por que “realismo transcendental” em primeiro lugar? O caráter “transcendental” do inquérito bhaskariano acerca das ciências da natureza deve ser compreendido em um sentido similar àquele que Kant emprestou ao termo em sua *Crítica da razão pura*, a saber, o de uma reflexão sobre as *condições de possibilidade do conhecimento* (KANT, 1999, p. 149). Ao submeter a ciência natural a uma interrogação transcendental, Bhaskar tomava o saber científico-natural como um dado e perguntava-se, então, sobre suas condições de possibilidade. O recurso partilhado ao raciocínio transcendental não deve obscurecer, entretanto, a diferença crucial entre os empreendimentos de Kant e Bhaskar. Como já notamos acima, quando tratou das condições de possibilidade do conhecimento na sua interrogação transcendental, Kant terminou por subordinar a ontologia à epistemologia. Em contraste, Bhaskar pretendeu reverter essa relação de subordinação, condicionando a validade epistêmica do conhecimento humano à sua capacidade de apreender uma realidade cujas propriedades dele independem. Sua pergunta transcendental foi: “como deve ser o mundo para que a ciência seja possível?” (2008, p. 13) Nesse sentido, ainda que o procedimento reflexivo de Bhaskar se encaixe no molde kantiano, sua concepção quanto às fundações da ciência natural vira de cabeça para baixo a primazia dada por Kant à epistemologia sobre a ontologia. Eis um ponto a partir do qual as visões de Bhaskar têm de ser entendidas à luz de seus diálogos críticos com autores que lhe são mais próximos no tempo do que Kant, em particular aqueles que integram

as principais correntes da filosofia da ciência do século XX, como Popper e Kuhn (COLLIER, 1994; HAMLIN, 2000; OUTHWAITE, 1987; SAYER, 2010; VANDENBERGHE, 2010).

Como antecipamos logo atrás, o realismo transcendental trilhava um caminho do meio entre o empiricismo positivista e o (des) construtivismo pós-moderno. Pelo menos se tomada em forma típico-ideal, a visão empiricista das ciências naturais compreendia a validade do conhecimento por elas produzido como vinculada na observação empírica “desimpedida” de fenômenos particulares, observação a partir da qual poder-se-ia chegar, por generalização indutiva, a um corpo de leis gerais. Uma vez seguramente estabelecidas as leis gerais de determinada ciência, bem como suas condições de aplicação a circunstâncias particulares, a explicação de fenômenos dados poderia transcorrer, por sua vez, mediante raciocínios dedutivos. As leis gerais próprias à ciência da natureza assumiriam o formato de generalizações causais asseverando conjunções constantes entre tipos de fenômenos: se *x*, então *y*. Segundo a concepção “sucessionista” ou “humeana” de causalidade pressuposta nas abordagens empiricistas da ciência, portanto, as explicações científicas apontariam a conexão causal entre *explanandum* (i.e., o que é explicado) e *explanans* (i.e., o que explica) com base em uma generalização estabelecendo uma conjunção invariável entre os tipos que enquadram os respectivos fenômenos. Como o nome já indica, o chamado modelo “nomológico-dedutivo” da explicação científica sustenta que ela assume o formato de uma dedução com base em leis gerais (HEMPEL, 1984). Por exemplo (NAGEL, 1961):

Fulano tem a mutação genética *x*.

Todo indivíduo humano com a mutação genética *x* possui a síndrome *y*.

Fulano tem a síndrome *y*.

O formato lógico da explicação seria, segundo

o modelo nomológico-dedutivo, o mesmo de uma *predição*. A distinção entre explicação e predição decorreria, é claro, de propósitos pragmáticos e da direção temporal das preocupações da cientista: se a generalização científica é utilizada como meio para encontrar as “condições iniciais” que explicam um fenômeno, de um lado, ou se se parte de condições iniciais dadas para prever a ocorrência do fenômeno, de outro. Assim, para retornar ao exemplo citado: diante da observação de que um indivíduo tem a síndrome y , pode-se explicar causalmente essa circunstância pela hipótese (a ser empiricamente verificada) de que ele possui a mutação genética x ; diante da observação (p.ex., via mapeamento genômico) de que um indivíduo possui a mutação genética x , pode-se prever, com base na generalização que postula a conjunção constante entre x e y , que ele terá a síndrome y ⁵.

Lá pela metade do século XX, sobretudo com o impacto bombástico do trabalho de Kuhn sobre a história da ciência (1999 [1962]), o modelo empiricista clássico se viu seriamente desafiado. Substituindo um discurso abstrato sobre as exigências lógicas e metodológicas do conhecimento científico por um exame histórico da ciência tal como efetivamente praticada pelos cientistas, Kuhn mostrou, em primeiro lugar, que a observação científica é sempre mediada pelos pressupostos ontológicos e orientações metodológicas de um *paradigma* compartilhado por toda a comunidade científica relevante. Bem entendido: o fato de que a observação empírica

do real não é jamais “pura”, e sim impregnada de ideias gerais (isto é, de “teoria” no sentido lato), já havia sido reconhecido, nos anos de 1930, por Karl Popper⁶ (2002 [1934], p. 37). No entanto, muito da análise histórica promovida por e a partir de Kuhn destoava da concepção “falsificacionista” de ciência proposta pelo filósofo austríaco. Como é sabido, Popper combateu a tese de que quaisquer hipóteses científicas poderiam ser definitivamente verificadas, substituindo uma epistemologia “verificacionista” pela ideia de que o propósito dos testes empíricos na ciência não era a verificação, mas antes o “falseamento” de hipóteses científicas (Ibid., p. 57-73). Segundo ele, ainda que jamais pudéssemos adquirir *certeza* quanto à verdade de hipóteses que sobreviveram n vezes ao teste empírico, já que elas sempre poderiam ser falseadas na instância de testes $n + 1$, poderíamos estar certos, contudo, da falsidade de uma hipótese científica quando ela fosse refutada por uma única observação. Para dar seu famosíssimo exemplo: a generalização segundo a qual “todos os cisnes são brancos” seria falseada pela observação de um único cisne não branco (Ibid., p. 83).

Quais eram os principais problemas do falsificacionismo popperiano? Em primeiro lugar, embora o autor se debruçasse com atenção sobre a história da ciência (p.ex., em seu interesse pelas observações que confirmaram previsões feitas pela teoria da relatividade de Einstein na física [Ibid., p. 73]), sua filosofia era abertamente guiada pela intenção *normativa* de

5 Segundo os próprios defensores da concepção nomológico-dedutiva de explicação científica (p.ex., Hempel [1984]), o postulado de que a conexão é invariante e universal consiste em um ideal regulativo nem sempre alcançável, de maneira que o modelo também admite argumentos não estritamente dedutivos, mas probabilísticos. Por exemplo:

Fulano tem a mutação genética x

70% dos indivíduos com a mutação genética x desenvolvem a síndrome y

Há 70% de chance de Fulano desenvolver a síndrome y .

Em sua discussão da aplicabilidade do modelo nomológico-dedutivo à história, Hempel admitiu que muitas das generalizações probabilísticas empregadas nas explicações históricas (p.ex., a generalização implícita ou explícita, no estudo da história política, de que “indivíduos acostumados ao exercício do poder tendem a agir para conservá-lo quando sua autoridade é ameaçada”) sequer seriam quantificáveis - um ponto que já havia sido salientado por Weber (2000, p. 16).

6 E também, como sublinhamos acima, por Gaston Bachelard em *O novo espírito científico* (1978 [1934]), publicado no mesmo ano em que saiu o livro de estreia de Popper. Por motivos didáticos, a discussão epistemológica a seguir se concentrará, em larga medida, sobre o debate anglófono acerca da filosofia da ciência. Cumpre ressaltar, no entanto, que o próprio Kuhn foi influenciado pela escola francesa de “epistemologia histórica das ciências”, sobretudo através dos trabalhos de Alexandre Koyré (KUHN, 1996: viii; 88; 124).

distinguir entre ciência e não ciência com base no seu critério falsificacionista. Popper extraía, de tal demarcação, um conjunto de *prescrições* metodológicas para o que poderia contar ou não como ciência genuína. Uma série de ilustrações históricas mostrou, no entanto, não apenas que cientistas importantes trabalharam de modo oposto às diretrizes metodológicas popperianas, mas também que, longe de obstarem o progresso da ciência, tais maneiras de trabalhar favoreceram esse mesmo progresso.

O exemplo mencionado no didático livro de Alan Chalmers (1993, p. 72-73) sobre a filosofia da ciência é o da descoberta do planeta Netuno. Lá pela metade do século XIX, dois cientistas trabalhando independentemente, o inglês John Couch Adams e o francês Urbain Le Verrier, notaram que a órbita do planeta Urano não seguia um caminho condizente com as previsões da teoria newtoniana da gravitação. Pelo menos se compreendido no seu sentido mais básico ou radical, o modo de proceder popperiano em um caso como esse seria o de tomar tal observação particular como refutação empírica da teoria newtoniana. No entanto, longe de trilharem esse caminho, ambos os cientistas se esforçaram por enfrentar o “quebra-cabeças” da órbita de Urano segundo uma via que *compatibilizasse* suas premissas teóricas newtonianas com os dados observacionais de que dispunham. Uma forma de alcançar esta compatibilidade seria pela atribuição dos aparentes “desvios” observados no percurso de Urano em torno do Sol aos efeitos gravitacionais de outro corpo celeste ainda não descoberto. Em vez de considerarem aqueles desvios como falseadores da teoria newtoniana da gravitação, os dois pesquisadores, de maneira nada popperiana, mobilizaram o ferramental matemático da mesma teoria para postular a

existência de outro planeta (a tal ou qual distância de Urano e com tal ou qual massa). O cálculo que sugeria a existência do planeta, ancoradíssimo em premissas físico-matemáticas newtonianas, também fornecia hipóteses quanto à sua posição. Guiada por tais hipóteses, finalmente, uma observação astronômica veio a confirmar a existência do planeta⁷ (Ibid.).

A dinâmica cognitiva envolvida na descoberta do planeta Netuno cabe no modelo kuhniano da “ciência normal”. Diferentemente do hipercrítico herói descrito (ou prescrito) pela filosofia da ciência de Popper, o estudo kuhniano da ciência efetivamente praticada pelos cientistas mostrou que estes, longe de estarem sempre em alerta quanto à possível falsidade de seus paradigmas, tomavam-nos como *pressupostos* dados, a partir dos quais o “verdadeiro” trabalho científico de resolução de “quebra-cabeças” poderia ser levado adiante (KUHN, 1996, p. 35-42). Uma fatia significativa de um paradigma científico poderia ser, ademais, mobilizada em âmbito tácito, tamanha era a confiança do “cientista normal” na validade de suas premissas ontológicas (i.e., um certo retrato de como o mundo é) e metodológicas (i.e., um conjunto de orientações a respeito de como estudá-lo). Embora não possamos entrar em detalhe quanto ao debate entre Popper e Kuhn (p.ex., como o Popper tardio buscou “naturalizar” o falsificacionismo pelo recurso a um raciocínio de inspiração darwiniana [1972; FREITAS, 2003]) ou, ainda, às propostas epistemológicas que mediarão entre um e outro (p.ex., a teoria racionalista dos “programas de pesquisa” proposta por Lakatos [1970]), centrais para os nossos propósitos são as implicações do trabalho de Kuhn para o debate sobre a relação entre o conhecimento científico e o domínio de “objetos” aos quais ele se dirige.

7 Em seu exemplo imaginário de um cientista que reage ao comportamento inesperado de um planeta, Lakatos (1970, p. 100-101) oferece uma ilustração bem mais detalhada da mesma dinâmica, isto é, do processo cognitivo e prático no qual fenômenos que contradizem as previsões de uma teoria são enfrentados pelo pesquisador não como refutações da mesma teoria, mas a partir de hipóteses *ad hoc*, nela fundadas, quanto a possíveis erros oriundos das circunstâncias de observação.

Ao reconhecer que as observações científicas são impregnadas de teoria, Popper contrabalançou este reconhecimento com uma ênfase no papel decisivo de testes empíricos falseadores na ciência, permanecendo, assim, ancorado em uma perspectiva realista. Uma crítica ao falsificacionismo inspirada por Kuhn indicaria, no entanto, que o filósofo austríaco não levou as implicações daquela “contaminação teórica do dado” suficientemente em conta: se as observações são contaminadas pela teoria, e se as teorias são falíveis, as observações “falseadoras” são elas próprias falíveis devido, entre outras coisas, à falibilidade das teorias que as informam. Em outras palavras, como sabiam intuitivamente os descobridores de Netuno, quando uma observação parece falsear uma teoria, é possível que a observação esteja errada, não a teoria – por exemplo, para retornar à ilustração popperiana, o que parecia um cisne negro não seria, a bem da verdade, um cisne, mas uma espécie similar de pássaro.

No mais, a noção kuhniana de “paradigma”, na medida em que sublinhava estarem os conceitos e enunciados científicos interconectados em complexas matrizes disciplinares, também ia ao encontro de desafios “holistas” ao empiricismo e ao falsificacionismo oriundos de autores como Pierre Duhem e W.V.O. Quine (KUHN, 1991: 149; VANDENBERGHE, 2010, p. 72). Grosso modo, o que veio a ser conhecido como tese “holista” de Duhem-Quine consiste na ideia de que um enunciado científico nunca é confrontado com a observação empírica de modo isolado e direto, dado que as asserções e conceitos científicos adquirem significado somente por conta de suas inter-relações com os demais elementos da

teoria de que fazem parte. Nesse sentido, mesmo quando um cientista se propõe a confrontar uma única hipótese com o “tribunal da experiência” (no dizer de Quine), a própria hipótese só ganha sentido ao pressupor uma ou mais “hipóteses auxiliares”, o que significa que o teste nunca se dirige a uma única hipótese, mas à “teia inteira” de pressupostos que a subsidiam (QUINE, 1963, p. 41). A conclusão se associa não apenas à tese da “sobredeterminação” dos fatos pelas teorias, mas também àquela da “subdeterminação das teorias pelos fatos” (ALEXANDER, 1987; 1999), segundo a qual um fato observacional é sempre compatível com mais de uma teoria explicativa. A implicação lógica da tese de que diferentes teorias científicas são compatíveis com um mesmo dado observacional impugna a ideia de que um teste empírico singular possa ser *decisivo* na refutação de tal ou qual teoria.

Até aqui, tudo bem. A questão é que Kuhn se viu tão impressionado com o papel central de um paradigma consensual, tomado como evidente, na prática da ciência normal que desembocou na famosa asserção, espreada em diferentes versões pelo seu famoso livro, de que cientistas que trabalham conforme paradigmas diferentes “vivem em mundos diferentes” (1999, p. 111; 117-118; 135; 150). As reflexões de Kuhn quanto às implicações filosóficas de seu próprio trabalho oscilaram significativamente (KUHN, 1970; 1977; 1996: 174-210; 2000), mas não há dúvida de que diversos autores extraíram do seu trabalho uma visão epistêmica (des)construtivista que sustenta a impossibilidade de apreensão, pela ciência, de uma realidade exterior a um particular “paradigma”, “jogo de linguagem”, “discurso”, “texto” ou coisa que o valha⁸.

8 Bhaskar argumenta, veremos mais adiante, que mesmo abordagens que não queiram assumir compromissos ontológicos, concebendo-se como antirrealistas, simplesmente não podem escapar à pressuposição de alguma ontologia: “qualquer teoria do conhecimento dos objetos implica alguma teoria dos objetos do conhecimento;...toda teoria do conhecimento científico deve pressupor logicamente uma teoria de como o mundo é para que o conhecimento, sob as descrições a ele dadas pela teoria, seja possível” (2010, p. 13). Afirmar que não se escapa à ontologia é sustentar também que não há como passar ao largo de alguma forma de realismo (Ibid.). Por exemplo, a tese de que não há acesso cognitivo a um mundo exterior às “formações discursivas” ou “jogos de linguagem” dos quais o nosso conhecimento depende pressupõe a realidade de tais “formações discursivas” ou “jogos de linguagem”. Assim, as diferentes formas de idealismo que reduzem a teoria do conhecimento à elucidação das teias conceituais pelas quais damos inteligibilidade ao mundo descambam para “uma ontologia implícita de *realismo subjetivo conceitual*, na qual os objetos reais da investigação científica são os produtos da teoria científica” (Ibid.).

Realismo ontológico, relatividade epistêmica e estratificação do mundo

Uma das maneiras mais didáticas de compreender a inserção do realismo transcendental de Bhaskar no debate filosófico do século XX é, digamos de novo, tomando-o como uma tentativa de escapar tanto ao empiricismo positivista quanto ao relativismo “pós-moderno” em suas versões pós-kuhnianas (por exemplo, no neopragmatismo de Richard Rorty, ao qual Bhaskar dedicou um livro inteiro [1991]). Começemos pelo primeiro.

Bhaskar não critica o positivismo empiricista somente devido ao fato de que essa visão da ciência negligencia a dependência que a observação científica possui de grades teóricas, tanto na seleção dos fenômenos observados quanto no próprio modo de conferir inteligibilidade a tais fenômenos e de retratá-los na linguagem. Ele também fustiga o modelo “humeano” da causalidade abraçado na concepção nomológico-dedutiva de explicação científica. A crítica realista ao modelo da causalidade como conjunção constante entre *explicandum* e *explicans* aponta que, na ausência da identificação de mecanismos ontológicos que tornem a conjunção inteligível, a conexão causal postulada permanece arbitraria. Não haveria critério racional, assim, para distinguir entre sequências de eventos causais e acidentais. Isto porque a arbitrariedade da conexão postulada não é suprimida, mas apenas *generalizada* caso busque-se justificá-la com uma lei causal – para voltar a um exemplo anterior, afirmar que Fulano apresenta a síndrome y devido à mutação genética x pelo mero recurso à generalização “todo indivíduo com a mutação x possui a síndrome y” ainda não explica, a rigor, o *porquê* da conexão entre causa e efeito. Sintomaticamente, o próprio Hume (1999, p. 121) terminara propondo um famoso argumento cético segundo o qual não haveria qualquer garantia racional de que os vínculos causais observados pelo sujeito cognoscente ocorreriam no próprio mundo, independentemente do mero “hábito” humano de percebê-los juntos (p.ex., a

percepção recorrente de que objetos mais pesados do que o ar caem quando nele suspensos). Eis a deixa para que Bhaskar se aventure a defender uma concepção do conhecimento científico-natural ontologicamente mais ousada, calcada em um retrato do mundo segundo o qual os fenômenos acontecem (ou não) a depender do modo como os *poderes causais* de diferentes *entidades* interagem entre si. Ao chegar a esse retrato mediante um raciocínio transcendental, Bhaskar não oferece um programa filosófico à ciência a partir de uma posição exterior a ela; ao contrário, ele explicita como deve ser o mundo para que a atividade científica, tal como já é efetivamente praticada, seja possível.

Em contraponto à “ontologia plana” do empiricismo, o autor delinea uma ontologia estratificada que distingue entre os domínios do *real*, do *atuale* do *empírico* (2008, p. 46). O domínio do real - que também poderíamos denominar “virtual”, “potencial” ou “disposicional” - consiste em poderes causais e mecanismos gerativos, tendências e suscetibilidades que todas as entidades existentes possuem em virtude de suas respectivas constituições internas (Ibid., p. 65). Devido à sua estrutura interna, por exemplo, o metal possui o potencial de expandir-se quando aquecido, potencial que, a depender das suas condições ambientais, pode ou não atualizar-se. Nem toda potencialidade ou disposição possuída por uma entidade é, portanto, atualizada. Para torcer uma conhecida ilustração de Ryle (2009, p. 31), o poder causal em função do qual uma pedra é capaz de quebrar um vidro pode jamais se atualizar, o mesmo valendo para a “quebrabilidade” como suscetibilidade ou propriedade disposicional do vidro. Os exemplos indicam que os potenciais inerentes às entidades do mundo são tanto “ativos” quanto “passivos” (SAYER, 2000, p. 11), isto é, incluem tanto a capacidade de influenciar outras entidades (p.ex., o poder causal que a água quente tem de produzir queimaduras quando em contato com a pele) quanto a suscetibilidade a sofrer a influência de outras entidades (p.ex., devido às suas propriedades intrínsecas, a pele é suscetível a queimaduras). Como pressuposto na noção de “atualização” usada logo acima, o

conceito de “atual”, *qua* caracterização de um domínio ontológico, deve ser compreendido no seu sentido filosófico técnico, como *potencial efetivado* ou atualizado. Nos termos mais básicos, o real corresponde ao que pode ocorrer; o atual, ao que de fato ocorre – motivo pelo qual Cynthia Hamlin (2000) preferiu referir-se a esse domínio pela alcunha de “factual”. Finalmente, se nem todo potencial é de fato atualizado, nem toda ocorrência factual é, por seu turno, percebida por sujeitos cognoscentes humanos. O domínio do “empírico” corresponde precisamente a esse âmbito das experiências, i.e., dos fatos tais como percebidos e registrados pelos seres humanos. Em suma: as tendências possuídas por uma entidade podem ou não ser exercidas; suas tendências podem ser exercidas, mas não atualizadas, já que neutralizadas ou contrabalançadas por outras tendências; finalmente, elas podem ser atualizadas, mas escaparem à percepção ou detecção pelos sujeitos cognoscentes humanos⁹ (BHASKAR, 2008, p. 175).

Tal como transcendentalmente reconstruído a partir do conhecimento científico-natural, o mundo é um compósito de múltiplas entidades envolvidas em múltiplas relações. As complexas inter-relações entre entidades, ao propiciarem combinações e entrechoques de suas respectivas tendências causais internas, são responsáveis pela atualização ou não atualização dessas tendências. Em “sistemas abertos”, as histórias causais engendradas pelas combinações e entrechoques de diversas entidades, as quais engatilham e/ou bloqueiam os mecanismos gerativos umas das outras, são infinitamente mais complexas do que sugere o modelo humeano de causalidade como

conjunção constante entre determinados tipos de eventos (BHASKAR, 2008, p. 107-132). Segundo Bhaskar, diante da gigantesca complexidade dos sistemas abertos, o recurso das ciências naturais às condições artificiais de experimentos em laboratório floresce como uma maneira de reduzir a complexidade causal em jogo mediante a construção de sistemas fechados, de modo tal que um número limitado de mecanismos entre em conexão e o resultado da interação entre eles possa ser apreendido (Ibid., p. 23-26). Em contraste com o modelo da causalidade como conjunção constante, a ontologia estratificada e disposicional do realismo crítico, ao mostrar como experimentos em laboratório tornam factíveis repetidas conexões causais entre fenômenos de certos tipos, explica por que tais conjunções são *necessitadas* pelas circunstâncias experimentais (HARRÉ; MADDEN, 1998), isto é, pelo fato de que tais circunstâncias ativam os mecanismos gerativos das entidades envolvidas: “no sistema realista transcendental, uma sequência *A-B* é necessária se e somente se há um mecanismo natural *M* que, quando estimulado por *A*, tende a produzir *B*” (BHASKAR, 2008, p. 17)

Portanto, a crítica de Bhaskar ao modelo nomológico-dedutivo não impugna sua validade para as condições artificialmente produzidas de experimentos científicos, mas, sim, o pressuposto espúrio de que as conexões invariáveis postuladas nas leis científicas também valeriam em sistemas abertos, cuja complexidade causal é infinitamente maior do que aquela possibilitada na situação de laboratório. A própria situação de laboratório se baseia no recurso técnico a toda uma série de mecanismos

⁹ Nesse sentido, a amplitude ontológica do real é maior do que aquela do atual (dado que o que acontece é uma possibilidade em meio a um conjunto de outras não realizadas), e a abrangência do atual é maior do que aquela do empírico (já que apenas uma parte do que acontece é percebida pelos seres humanos). Devido à sua ontologia estratificada, o realismo transcendental bhaskariano difere tanto do *realismo empiricista*, para o qual o que podemos observar esgota o domínio do que existe (“ser é ser percebido”, reza a famosíssima formulação de Berkeley), quanto do *atualismo*, o qual não credita existência ao domínio de potencialidades que podem ser ativadas ou permanecer dormentes, apenas ao que efetivamente acontece. Um exemplo de ontologia atualista é aquela formulada por Sartre em *O ser e o nada*: “*Tudo está em ato. Por trás do ato, não há nem potência, nem ‘hexis’, nem virtude. Recusamos a entender por gênio, por exemplo – no sentido em que se diz que Proust ‘tinha gênio’ ou ‘era’ um gênio –, uma potência singular de produzir certas obras que não se esgotasse justamente na sua produção. O gênio de Proust não é nem a obra considerada isoladamente, nem o poder subjetivo de produzi-la: é a obra considerada como conjunto de manifestações da pessoa*” (SARTRE, 1997, p. 16).

bloqueadores da intervenção de fatores causais que normalmente afetariam os eventos em jogo - p.ex., a esterilização de instrumentos, que impede a influência de determinados microorganismos sobre os fenômenos que se pretende estudar. A depender dos interesses cognitivos que guiam os experimentos, cientistas naturais também podem recorrer ao laboratório ou a outros meios tecnológicos para atualizarem mecanismos gerativos normalmente inoperantes. Seja como for:

Na natureza, conjunções constantes são a rara exceção; não...a regra universal. E, em geral, a atividade humana [de construção de circunstâncias experimentais] é necessária para gerá-las. Para invocar uma lei, preciso ter razões para supor que as condições antecedentes estão satisfeitas, de modo que o mecanismo designado esteja ativo. Mas é apenas caso eu tenha razões para supor que o sistema no qual o mecanismo age está fechado que a predição do evento consequente é dedutivamente justificada (BHASKAR, 2008, p. 93).

A ontologia disposicional capitaneada pelo realismo crítico está intimamente casada a outro postulado antiempiricista, a saber, a ideia de que a ciência não lida somente com entidades, processos e mecanismos observáveis diretamente (p.ex., a gasolina se inflama rapidamente em contato com o fogo) ou indiretamente (p.ex., um ácaro é visto pelo microscópio), mas também com realidades empiricamente discerníveis apenas em seus *efeitos* (p.ex., um campo gravitacional). Ademais, como notam com argúcia Cynthia Hamlin (2000) e Andrew Collier (1994, p. 16), a apreensão científica de potenciais “transfenomênicos” não diretamente observáveis, porém discerníveis através de seus efeitos sobre fenômenos observáveis, se manifesta frequentemente na

forma de “contrafenomenalidade”. Leia-se: a ciência vai além das aparências não apenas no sentido de que explica fenômenos visíveis pela referência a mecanismos transfenomenais invisíveis, mas também porque, ao fazê-lo, exhibe o caráter *ilusório* ou *mistificado* daquelas aparências (p.ex., o modelo astronômico do sistema solar que vige atualmente, ele próprio ligado a teorias mais gerais quanto a mecanismos transfactuais do universo físico, revela que é enganosa a impressão sensorial espontânea, entre os habitantes da Terra, de que é o Sol que se move, não nosso planeta¹⁰).

Como vimos, Bhaskar sustenta simultaneamente a referência do conhecimento científico a uma realidade que dele independe, de um lado, e a tese de que o acesso humano a tal realidade é mediado por “paradigmas” ou quadros conceituais social e historicamente variáveis, de outro. A conjugação de “realismo ontológico” e “relativismo epistêmico” se exprime na distinção bhaskariana entre as dimensões “intransitiva” e “transitiva” do conhecimento (2008, p. 239). Infuso nesta distinção está um reconhecimento da mutabilidade histórica do saber científico que, ao diferenciar a transitividade de “paradigmas” e o aspecto “transparadigmático” da sua dimensão intransitiva, evita o deslize para a ideia de que paradigmas rivais sequer se dirigiriam ao “mesmo” mundo. A transitividade do conhecimento científico como empreitada humana tem de ser distinguida da intransitividade existencial do mundo como tal: os mecanismos ontológicos dos quais o conhecimento científico-natural trata existem antes e independentemente de sua apreensão pelos seres humanos.

Como um inquérito transcendental acerca das condições de possibilidade do saber científico, a filosofia de Bhaskar mostra que este saber pressupõe uma ontologia: o mundo

10 Uma ilustração advinda das ciências sociais - e que, de quebra, é afeita à sensibilidade marxista de Bhaskar e outros realistas - seria o fenômeno que Marx denominou de “fetichismo da mercadoria” (1979). Contra a ilusão de senso comum segundo a qual as mercadorias são produzidas e circulam por conta própria devido a alguma autopropulsão fantasmagórica, a teoria marxiana revelaria que são os próprios atores humanos embebidos em relações sociais de produção que movem o processo de circulação de mercadorias, o mesmo que aparece, à consciência deles, como uma realidade autônoma que os confronta ao modo de uma força estranha.

como um compósito de entidades dotadas de mecanismos gerativos e poderes causais (*real*); uma dinâmica hipercomplexa de relações entre tais entidades, em que são atualizados ou bloqueados aqueles mecanismos e poderes e, assim, geradas sequências de eventos que podem ou não ser cognitivamente percebidas pelos seres humanos (*atual*); experiências nas quais sujeitos cognoscentes percebem, correta ou incorretamente, alguns daqueles eventos e padrões de eventos (*empírico*). Se a filosofia transcendental reconstrói as fundações ontológicas nas quais se alicerça o conhecimento científico-natural, demonstrando que “a ciência pressupõe necessariamente uma ontologia de mecanismos gerativos complexos”, ela não pretende usurpar das ciências particulares “a tarefa da investigação empírica de quais são estes mecanismos e de como eles funcionam” (VANDENBERGHE, 2010, p. 284). A diferenciação entre as dimensões ontológica (ou intransitiva) e epistemológica (ou transitiva) do conhecimento também permite a Bhaskar abraçar o realismo sem negar a *falibilidade* e a *corrigibilidade* inerentes ao acervo de saberes historicamente acumulados por ciências particulares, sempre expostos à possibilidade de revisões e correções, ampliações e refutações conforme avança a ciência como empreitada coletiva (Hartwig, 2007, p. 241).

Segundo o modelo realista, as teorias científicas continuam a incluir leis gerais, mas não na forma de generalizações que asseveram conjunções causais invariáveis entre eventos (“se x , então y ”), e sim sob a roupagem de enunciados gerais acerca dos poderes causais e mecanismos gerativos das entidades que compõem o mundo. O realismo transcendental, em outras palavras, não situa as leis científicas no âmbito factual, como as abordagens positivistas, mas no domínio do real. Do ponto de vista da prática científica, isto não significa, claro, que a formulação de teorias gerais se situe em um espaço intelectual impermeável ao crivo da experiência. Ao contrário, modelos teóricos de entidades estruturadas, poderes causais e mecanismos gerativos são formulados para explicar regularidades empíricas já

conhecidas (p.ex., entre a mutação genética x e a síndrome y) e, uma vez postulados como hipóteses, submetidos por seu turno ao(s) teste(s) da experiência, em um contínuo intercâmbio entre teorização e pesquisa. Em sua obra genial sobre “*O ato da criação*” (1964), Arthur Koestler mostrou em detalhe como diversas descobertas científicas derivam de “fertilizações cruzadas”, isto é, de operações de transposição cognitiva nas quais *insights* oriundos de um campo do conhecimento são aplicados a outros domínios de pesquisa - o estilo imagético e espacial de raciocínio pelo qual Kekulé explorou as bases estruturais da química orgânica, por exemplo, deve muito ao seu interesse prévio pela arquitetura, profissão que ele pensara em seguir (SAWYER, 2012, p. 115). Na esteira de Hanson, Bhaskar chama de “retroduções” a esses modos de raciocínio, próximos de “uma lógica da analogia e da metáfora” (2008, p. 19; 2009, p.146), pelos quais cientistas formulam imaginativamente modelos explicativos novos a partir de recursos cognitivos já bem assentados em outros domínios. Como vimos acima, na medida em que tais operações de retrodução são falíveis, os mecanismos por elas propostos para dar conta dos fenômenos estudados têm de ter a hipótese de sua realidade testada pelo escrutínio empírico. Ademais, faz parte da própria lógica da ciência que fatores explicativos cuja existência está bem assentada sejam eles próprios, por seu turno, tomados como fatores a serem explicados: as causas possuem causas elas próprias. Nesse sentido, quando os testes empíricos para asseverar a realidade de um mecanismo gerativo inicialmente postulado para explicar tal ou qual fenômeno são bem sucedidos, o próprio mecanismo em mira torna-se, desta feita, algo que reclama explicação.

Segundo a pintura realista transcendental, somente uma ontologia de profundidade (*depth-ontology*) é capaz de dar sentido ao movimento cognitivo pelo qual a ciência passa de fenômenos manifestos às estruturas e mecanismos que os engendram. A modelização de tais estruturas e mecanismos não se faz *ex nihilo*, como vimos, mas ancorada no saber já acumulado ao longo

da empreitada científica como atividade histórica – não só sob a roupagem de informações substantivas sobre o mundo, mas também de artefatos técnicos úteis a essa empreitada (microscópios, telescópios, aceleradores de partículas, planilhas de Excel). Ao mesmo tempo, o retrato científico dos fenômenos manifestos cujas causas profundas a ciência procura explicar não permanece estático, mas pode ser corrigido e transformado em termos do conhecimento novo adquirido. Na medida em que o progresso da ciência passa a ser visto como ditado pela descoberta progressiva de níveis cada vez mais profundos do real, Bhaskar atribui ao seu realismo a capacidade de superar, no que toca à história do conhecimento científico, tanto o “continuismo ingênuo” do empirismo lógico quanto o “descontinuismo radical” de autores como Kuhn e Feyerabend. Por um lado, a caracterização do mundo como ontologicamente estratificado em níveis distintos, porém interfluentes, explica o alcance cataclísmico de certas “revoluções paradigmáticas” pelas quais os pressupostos ontológicos mais básicos da atividade científica são chacoalhados. Kuhn (1999, p. 149-150) comparou tais revoluções a uma mudança de *Gestalt*, enquanto Feyerabend, mais radical e provocativo (como sempre), afirmou que elas não são como “a descoberta da América, em que a natureza geral do objeto descoberto já é conhecida”, mas se assemelhariam mais ao

reconhecimento de que “se estava até então sonhando” (1995, p. 92). Para ambos, com efeito, a radicalidade de tais mudanças era tamanha a ponto de estabelecer a “incomensurabilidade” entre paradigmas rivais: já que os próprios critérios de julgamento que orientam tais paradigmas são essencialmente distintos, não haveria base racional para decidir entre eles¹¹.

Segundo Bhaskar (2008, p. 19), no entanto, a atribuição mesma de “incomensurabilidade” a teorias científicas conflitantes pressupõe que o “relativismo ontológico” não foi levado até as últimas consequências pelos seus proponentes. Isto porque afirmar que certas teorias entram em conflito umas com as outras só é logicamente possível se há algum domínio de realidade em *relação ao qual elas entram conflito*. Asseverar que a teoria A e a teoria B são incomensuráveis entre si só seria factível a partir de algum marco comum de referência. Segundo a distinção entre as dimensões transitiva e intransitiva do conhecimento científico, uma incomensurabilidade semântica que proscrisse a tradutibilidade recíproca entre dois paradigmas não os impediria de compartilharem a mesma *referência*¹². Nesse sentido, se o realismo crítico acata a sensibilidade pós-kuhniana à presença de significativas descontinuidades no progresso da ciência, ele sustenta também, como os “continuístas” de outrora e contra o iconoclasmo feyerabendiano, que o desenvolvimento histórico

11 Na medida em que o trabalho de Bhaskar é o foco primordial deste artigo, a leitura crítica que o autor oferece das ideias kuhnianas importa mais aqui do que a (in)adequação dessa leitura às teses efetivamente aventadas pelo próprio Kuhn – elas mesmas, já dissemos anteriormente, permeadas de variações, recuos e ambiguidades. No que concerne à noção de “incomensurabilidade”, por exemplo, Bird (2018) encontra pelo menos três sentidos a ela emprestados pelo historiador da ciência estadunidense. A incomensurabilidade *semântica* diz respeito à impossibilidade de tradução da linguagem de um paradigma para a linguagem de outro. A incomensurabilidade *metodológica* refere-se ao fato de que os paradigmas discordam radicalmente quanto aos próprios métodos de avaliação e comparação de diferentes teorias (p.ex., quanto aos modos legítimos de inferência a partir de dados observacionais). Finalmente, dada a dependência que os dados observacionais possuem de matrizes teóricas, a incomensurabilidade *perceptual* implica que cientistas imersos em paradigmas diversos sequer percebem as mesmas coisas – à maneira de hipotéticos criadores de coelhos (que jamais viram patos) e criadores de patos (que jamais viram coelhos) diante da famosa imagem do pato-coelho na Gestalt (KUHN, 1991, p. 118-119; 126).

12 Ademais, como explica Mervyn Hartwig, o mais bhaskariano entre os bhaskarianos, “a existência trans-histórica dos poderes causais do mundo natural e de potenciais e necessidades humanos comuns (no nível do real)” oferecem uma base partilhada mínima para a intercompreensão entre “teorias e culturas radicalmente diferentes” (2007, p. 242). Como argumentei alhures (PETERS, 2012, p. 231) no tocante às ciências sociais, descrições de cenários histórico-culturais diversos que não pressuponham certos “potenciais e necessidades” comuns entre os seres humanos, como a comunicação interpessoal e a conduta intencional, teriam, a rigor, de inventar um léxico inteiramente novo.

do conhecimento científico não é acidental, mas pode ser racionalmente justificado. A efetiva estratificação histórica das ciências não seria arbitrária, mas uma consequência da estratificação da própria realidade e, por conseguinte, da “lógica da descoberta *que* a estratificação impõe à ciência” (Ibid., p. 20; grifo do autor). Se o “relativismo judicativo” (Ibid., p. 24) de Kuhn e Feyerabend estava errado, e adjudicação racional entre teorias com pretensões incomensuráveis de validade é possível, a decisão quanto a que teorias são preferíveis pode se pautar pelo grau em que elas retratam fidedignamente a estratificação da realidade:

“Uma teoria Ta é preferível a uma teoria Tb, mesmo que elas sejam incomensuráveis, desde que Ta possa explicar, *sob suas próprias descrições*, quase todos os fenômenos que Tb consegue explicar sob suas descrições *mais* alguns fenômenos significativos que Tb não consegue explicar¹³” (Ibid., p. 19; grifos do autor).

A “ideia de um universo estratificado” (HAMLIN, 2000) ajuda a dar sentido filosófico às relações entre disciplinas científicas particulares, como a física, a química e a biologia. Por um lado, “a estratificação da natureza deriva da estratificação dos mecanismos causais: não pode haver mecanismos químicos, a menos que existam mecanismos físicos; mecanismos biológicos, a menos que existam químicos etc.” (Ibid.). Em contraste com o reducionismo de uma ontologia plana, o realismo bhaskariano reconhece, ao mesmo tempo, que cada nível adquire *propriedades emergentes* em relação aos níveis dos quais ele depende. Propriedades emergentes são aquelas que surgem da combinação de dois ou mais constituintes, mas não se encontram em nenhum deles isoladamente.

Uma ilustração padrão de emergência é o das características possuídas pela molécula de água (H₂O). Emergindo da combinação entre dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio, a molécula adquire, em virtude da combinação, propriedades distintas daquelas possuídas pelos átomos que a constituem. O realismo crítico aborda os domínios físico, químico, biológico, psíquico e social da realidade com base nessa ontologia emergentista. Tais domínios são, sem dúvida, interdependentes entre si, mas também dotados de propriedades emergentes que inviabilizam explicações que reduzam um domínio ontológico a outro: mecanismos químicos não são redutíveis a mecanismos físicos, mecanismos biológicos não são redutíveis a mecanismos químicos, mecanismos psicológicos não são redutíveis a mecanismos biológicos e, finalmente, mecanismos sociais não são se reduzem a mecanismos psicológicos.

A visão emergentista do mundo delineada por Bhaskar foi central à forma qualificada ou “crítica” de naturalismo, por oposição aos naturalismos reducionistas, que ele desenvolveu após a publicação de *Uma teoria realista da ciência*.

Contra o individualismo e o coletivismo: o modelo transformacional da ação

A passagem do “realismo transcendental” defendido em *Uma teoria realista da ciência* (2008 [1975]) para o “naturalismo crítico” delineado em sua obra posterior, *A possibilidade do naturalismo* (1998 [1979]), fez do “realismo crítico” uma caracterização filosófica das ciências sociais assim como das ciências da natureza. Bhaskar extraiu um modelo ontológico das sociedades humanas a partir da análise das ciências sociais, uma vez mais mediante um raciocínio transcendental

13 Como afirma Christopher Norris em referência a um núcleo “transparadigmático” de sentido em certos conceitos historicamente mutáveis da física, como aqueles de “massa” e “força”, “*mesmo que seja o caso que as observações (e os enunciados observacionais) sejam sempre... ‘impregnados de teoria’, ainda assim há instâncias – como o conceito de ‘massa’ em seus vários usos de Aristóteles até o presente – onde o progresso consiste precisamente em sermos capazes de explicar tanto o que havia de errado com as teorias mais antigas quanto em que o estado atual do conhecimento oferece um meio mais exato, mais rigoroso e mais adequado de conceituação*” (1997, p. 98; grifos do autor).

à la Kant: “que propriedades possuídas pelas sociedades podem fazer delas possíveis objetos de conhecimento para nós?” (Ibid., p. 27). No que toca ao debate sobre o estatuto epistêmico das ciências sociais, o naturalismo crítico de Bhaskar trilhava uma via média entre o monismo positivista e o dualismo interpretativista. Grosso modo, enquanto o primeiro pressupunha que os métodos das ciências naturais poderiam ser transpostos sem maiores qualificações para o estudo científico da vida social humana, o segundo tomava as ciências sociais como radicalmente discrepantes frente às ciências da natureza, fosse tal discrepância estabelecida com base em seus objetos (p.ex., a diferença entre entidades inanimadas e entidades dotadas de consciência e intencionalidade [DILTHEY, 1989]) ou em seus métodos (p.ex., a orientação predominantemente generalizante ou “nomotética” do conhecimento científico-natural, em contraste com o interesse “idiográfico” sobre fenômenos singulares nas ciências humanas [WINDELBAND, 1998]). As formas positivistas de naturalismo epistêmico nas ciências sociais não apenas buscavam encaixá-las no molde das ciências da natureza como o faziam a partir de uma concepção essencialmente positivista destas últimas – por exemplo, defendendo que o propósito último da ciência social seria chegar a um corpo de generalizações causais segundo o modelo de conjunções constantes (e.g., entre variações no índice de integração social e variações na taxa de suicídio [PORPORA, 1998, p. 342]). De acordo com Bhaskar, embora acertasse na percepção da inadequação do modelo positivista de ciência natural ao estudo científico do mundo societário, o antinaturalismo interpretativista pressupunha erroneamente a validade daquele modelo no âmbito próprio das ciências da natureza.

Como vimos anteriormente, a ontologia estratificada formulada por Bhaskar, com base em uma análise transcendental das práticas científicas, envolve uma atenção simultânea às *entidades* que compõem o mundo, descritas

em termos das tendências causais que possuem devido à sua estrutura interna, e às complexas *relações* entre tais entidades, em função das quais certos potenciais são efetivados na forma de eventos, enquanto outros permanecem no estado de possibilidades não atualizadas. Não surpreende que, na transposição qualificada dessa ontologia para a vida social, Bhaskar tenha convergido com as abordagens de síntese que marcaram o “novo movimento teórico” (ALEXANDER, 1987) das décadas de 1970 e 1980, tais como a teoria da prática de Pierre Bourdieu e a teoria da estruturação de Anthony Giddens (BOURDIEU, 2009; GIDDENS, 2003; PETERS, 2015). O que unia a perspectiva bhaskariana a tais abordagens era uma visão da relação entre o agente individual e seu contexto social que rejeitava projetos explicativos que tomassem uma dessas instâncias como mero efeito da outra. Contra as metodologias individualistas e holistas de explicação, tanto os atores humanos quanto suas circunstâncias socioestruturais teriam de ser concebidos, notou Bhaskar (1998, p. 27), como imbuídos de poderes causais relativamente autônomos, porém interdependentes. O curso da vida sócio-histórica só poderia ser propriamente explicado, nesse sentido, através de abordagens que reconhecessem a interinfluência, bem como a irreduzibilidade mútua, entre os poderes causais dos agentes (p.ex., a capacidade de conduta intencional) e os poderes causais das estruturas sociais (p.ex., as influências condicionantes que oportunidades e restrições de classe exercem sobre o desenvolvimento educacional dos indivíduos).

Tal postulado levou Bhaskar à formulação de “um modelo transformacional da ação” (1998, p. 38) que, como a teoria da estruturação de Giddens, envolvia uma crítica simultânea a abordagens individualistas e holistas, microrreducionistas e macrodeterministas¹⁴. Contra o individualismo metodológico e a negação nominalista da realidade das estruturas sociais, Bhaskar nota que, quando lidamos com

14 As similaridades entre “o modelo transformacional da ação” construído por Bhaskar (1998, p. 27-38), de um lado, e a tese de Giddens quanto à “dualidade da estrutura”, de outro, foram notadas por diversos autores, a começar por eles próprios (BHASKAR, 1998, p. 38; GIDDENS, 1982, p. 14). Bhaskar veio a mudar de ideia, entretanto, quanto a esta

a conduta humana dotada de significado, para além das propriedades que os seres humanos compartilham com entidades materiais inanimadas (p.ex., peso e extensão) e com outros animais (p.ex., sede e sono), os atributos da ação individual que aí encontramos tendem sempre a pressupor o pertencimento do indivíduo a um contexto social: a fala individual inteligível depende da participação em uma comunidade linguística, o exercício de uma profissão supõe um regime empregatício, o cuidado dos filhos supõe a família nuclear qua instituição e assim por diante. O autor conclui que, no exame da conduta individual (pelo menos no que tange à conduta caracteristicamente humana),...

“...o problema real parece não ser tanto...como se poderia dar uma explicação individualista do comportamento social, mas como se poderia em qualquer hipótese dar uma explicação não social (i.e., estritamente individualista) do comportamento individual, pelo menos se caracteristicamente humano! Pois os predicados que designam propriedades específicas das pessoas pressupõem todos um contexto social para o seu emprego” (BHASKAR, 1998, p. 30).

As críticas de Bhaskar a metodologias individualistas e ontologias nominalistas do social também apelam ao fato de que, levados até as últimas consequências, os princípios que ancoram tais perspectivas invalidariam sua própria aplicação às ciências sociais. Por exemplo, se a explicação causal deve proceder mediante a redução do nível mais complexo ao mais simples, por que parar na redução de fenômenos sociais a condutas individuais? Além de reconhecer no ator individual somente uma abstração conveniente, um reducionismo coerente teria de reduzir a conduta intencional aos seus suportes biológicos, químicos e físicos. Em suma: “raramente ocorre”, aos defensores da “noção de que a sociedade consiste apenas...em pessoas e/ou suas ações”, que “um raciocínio idêntico implica logicamente

sua própria redutibilidade, via leis e princípios da neurofisiologia, ao status de coisas inanimadas!” (BHASKAR, 1998, p. 29). De modo similar, ainda que fustigue a tese empiricista de que somente o que é observável pode ser postulado como existente no mundo social, o autor nota a inadequação da ideia individualista de que fenômenos individuais seriam sempre mais facilmente observáveis do que fenômenos sociais. Repetindo uma ilustração de Steven Lukes (1977, p. 181), Bhaskar sublinha que os procedimentos de um julgamento, por exemplo, são certamente mais acessíveis à observação direta do que o que vai pela mente do réu. Uma “comparação entre os conceitos de amor e guerra”, o primeiro bem mais elusivo do que o segundo, evidenciaria também que noções “aplicáveis a indivíduos não são necessariamente...mais claras...[nem] mais fáceis de definir do que aquelas que designam fenômenos sociais” (Bhaskar, 1998, p. 30).

Se Bhaskar é crítico ao individualismo, ele rejeita igualmente o que chama de “coletivismo” metodológico no pensamento de Durkheim. O fundador do realismo crítico concede a tal coletivismo que a ação individual é sempre situada e, portanto, influenciada por condições sociais “legadas e transmitidas do passado” (para falar como Marx); ele rechaça, no entanto, quaisquer tendências à consideração de microssituações de ação como explanatoriamente irrelevantes ou meros epifenômenos de determinações coletivas. Bhaskar abraça uma concepção relacional de sociedade como uma estrutura ou sistema durável de posições (p.ex., de classe ou gênero) dotadas de propriedades disposicionais (p.ex., as oportunidades ou restrições de vida associadas a uma posição de classe ou gênero), mas evita o objetivismo ao atrelar àquela concepção relacional um componente praxiológico. Bhaskar assevera que as características estruturais de quaisquer sociedades humanas, não importa quão abrangentes no seu alcance espaço-temporal, só passam do estado potencial ao estado atual caso reproduzidas através das

compatibilidade, sobretudo a partir dos tenazes ataques de Margaret Archer (1995) ao estruturacionismo giddensiano.

práticas de atores intencionais e hábeis. Nesse sentido, se a atividade intencional dos agentes humanos sempre pressupõe um contexto social pré-formado, ela também contribui causalmente, por seu turno, para reproduzi-lo ou transformá-lo. O princípio vale para os aspectos materiais e simbólicos da vida social:

“...se, seguindo Durkheim, considera-se a sociedade como oferecendo as causas materiais da ação humana, e, seguindo Weber, recusa-se a sua reificação, é fácil ver que tanto a sociedade quanto a práxis humana devem possuir um caráter dual. A sociedade é tanto a condição sempre presente... quanto o resultado re-produzido da agência humana. E a práxis é tanto trabalho, isto é, produção consciente, quanto reprodução (normalmente inconsciente) das condições de produção, isto é, da sociedade” (Ibid., p. 37-38).

Bhaskar sustenta que as práticas hábeis dos agentes individuais sempre reproduzem, em algum grau, as circunstâncias sócio-históricas nas quais ocorrem. Ao sublinhar que se trata de uma reprodução “normalmente inconsciente”, ele quis enfatizar que a contribuição dos agentes à reprodução histórica das estruturas sociais não é, no mais das vezes, um projeto deliberado, mas o *efeito não intencional* de uma conduta intencional que depende daquelas estruturas: quando compro um cafezinho, dou uma (modesta) contribuição à reprodução do capitalismo, ainda que minha intenção seja apenas combater a sonolência; quando duas pessoas se casam e têm filhos, elas contribuem para a reprodução da família nuclear, ainda que estejam primordialmente interessadas na própria gratificação existencial; e assim por diante. Tais práticas dependem de influências socioestruturais (p.ex., a exposição socializadora prévia à economia capitalista ou à família nuclear), mas não seriam meros efeitos delas, e sim o *produto* da combinação entre essas influências e os poderes causais independentes dos agentes humanos que as realizam: “a necessidade na vida social opera, em última instância, mediante a atividade intencional dos agentes” (Ibid., p. 39).

Em compasso com a primazia por ele

conferida à ontologia frente à epistemologia, dissemos acima, Bhaskar pensa as diferenças entre ciências naturais e ciências sociais com base nas propriedades ontológicas de seus respectivos objetos. Tal como antinaturalistas de ontem e hoje, ele reconhece a iniludível dimensão *interpretativa* ou *hermenêutica* do objeto das ciências sociais (HAMLIN, 2014; OUTHWAITE, 1987; VANDENBERGHE, 2013), ou seja, o fato de que estas lidam com uma realidade impregnada de significados produzidos e veiculados pelas entidades que a compõem (i.e., os atores humanos). Os significados que os agentes humanos atribuem às suas condutas e aos seus ambientes relacionais não são meros acessórios à vida social, mas *constitutivos* dos rumos históricos que ela toma. Quando identificamos uma situação social como uma “aula de sociologia”, por exemplo, não estamos somente oferecendo uma descrição exterior do que acontece. A tipificação daquela situação social como uma “aula de sociologia”, se intersubjetivamente partilhada pelos atores nela envolvidos, é uma condição causal da própria “aula de sociologia” enquanto uma ocorrência organizada – o mesmo valendo para os papéis pelos quais os agentes classificam uns aos outros na situação, como os de “professor” e “aluno”. A referência à “definição de situação” (nos clássicos termos de William Thomas), intersubjetivamente partilhada pelos envolvidos, como uma das causas da aula de sociologia *qua* evento social organizado já indica, por outro lado, que Bhaskar não opõe a interpretação de significados à explicação causal. Em contraste com interpretativistas radicais de Dilthey até Winch, mas na companhia de autores como Weber e Giddens (PETERS, 2014), o autor angloindiano considera a compreensão interpretativa como parte da explicação causal nas ciências sociais. Conquanto sublinhando que “razões são causas”, para simplificar nos termos da filosofia analítica da ação, Bhaskar destaca também que os agentes humanos podem ser influenciados por condições sócio-históricas das quais não estão conscientes, o que impede a análise sociocientífica de se reduzir à sua dimensão interpretativa. Contra as versões

fenomenológicas (Schütz), etnometodológicas (Garfinkel) ou neowittgensteinianas (Winch) da redução da ciência social à elucidação das concepções que os agentes mantêm acerca dos seus contextos societários, Bhaskar defende que o exame sociocientífico envolve também a apreensão de condições e efeitos sociais objetivos dos quais os atores não estão conscientes (nem mesmo tacitamente) e/ou a respeito dos quais suas crenças são errôneas (1998, p. 171).

No mais, como havia feito na sua crítica à ontologia plana dos positivistas, o autor angloindiano não reduz a vida social ao domínio de eventos observáveis (p.ex., interações face a face). Em vez disso, já antecipamos, Bhaskar sustenta que as sociedades possuem estruturas de relações ou sistemas de posições (p.ex., de classe ou gênero) que não são diretamente observáveis, mas podem ser postulados como reais enquanto mecanismos gerativos de fenômenos empiricamente discerníveis. Uma estrutura de classes, por exemplo, não pode ser diretamente observada, mas sua realidade é asseverada pelo poder causal que ela exerce sobre fenômenos observáveis, tais como, digamos, o pedido de esmola de um mendigo a um rico empresário no sinal de trânsito. Tal como a realidade de um campo gravitacional é, na física, postulada para explicar eventos observáveis (p.ex., a queda de um objeto), também a realidade de uma estrutura de classes é postulada como um mecanismo gerativo cuja existência é empiricamente confirmada em uma miríade de instâncias de observação (p.ex., o poder de mando de uma patroa sobre sua empregada doméstica). Em contraste com o caráter mecânico da força gravitacional, no entanto, os poderes causais de estruturas sociais só se exercem, segundo o “modelo transformacional” bhaskariano, quando causalmente *mediados* pelos poderes de agência dos indivíduos por elas influenciados. Eis uma das diferenças ontológicas fundamentais entre estruturas naturais e estruturas sociais; e, por conseguinte, um dos limites fundamentais a qualquer tentativa de transposição não qualificada de uma epistemologia naturalista para o conhecimento social. Bhaskar recorre

a outros dois postulados na sua diferenciação ontológica entre estruturas sociais e naturais:

“1. Estruturas sociais, diferentemente de estruturas naturais, não existem independentemente das atividades que elas governam.

2. Estruturas sociais, diferentemente das estruturas naturais, não existem independentemente das concepções dos agentes quanto ao que estão fazendo em suas atividades.

3. Estruturas sociais, diferentemente de estruturas naturais, podem ser apenas relativamente duráveis (de modo que as tendências que elas sustentam podem não ser universais no sentido de invariantes no espaço-tempo)” (BHASKAR, 1998, p. 42).

Veamos um exemplo. A existência de um campo gravitacional é, em primeiro lugar, independente do comportamento dos objetos por ele influenciados. Tal influência também se exerce, em segundo lugar, independentemente das concepções que as entidades sob o alcance do campo gravitacional possuem acerca dele. Por óbvio, a gravidade se exercerá igualmente sobre entidades inanimadas e animadas; e, no caso das últimas, independentemente da crença que as entidades submetidas à força gravitacional possuem acerca da (ir)realidade dessa força. Finalmente, pelo menos segundo o que sugere o estado atual dos conhecimentos físicos, as leis da gravitação possuem um alcance universal no tempo e no espaço, isto é, existem desde o princípio do universo e em toda a sua extensão.

Nenhuma dessas três propriedades de estruturas naturais, tais como exemplificadas pelo caso da gravitação (elas são admitidamente bem menos nítidas no caso de outras estruturas naturais, como aquela descobertas pela biologia), se apresenta no âmbito das estruturas sociais. Em primeiro lugar, ainda que os agentes sejam causalmente influenciados pelas estruturas sociais no seio das quais se encontram, essas estruturas sociais só têm os seus poderes causais atualizados caso aqueles agentes as reproduzam mediante suas atividades. Um campo gravitacional não desaparece caso

desapareçam todos os objetos sobre os quais ele exerce sua força. As estruturas do capitalismo, por outro lado, só continuam e continuarão a existir conforme uma multiplicidade de agentes as reproduzam nas suas práticas econômicas (p.ex., transações monetárias). Elas desapareceriam, com o perdão da obviedade, se desaparecessem os seres humanos. Em segundo lugar, ainda que os agentes humanos possam estar enganados a respeito das condições estruturais que influenciam suas condutas, não se pode dizer que as estruturas sociais existem de modo completamente independente das concepções possuídas pelos agentes acerca delas. Diferentemente do efeito mecânico determinado pela gravidade, a influência causal das estruturas sociais sobre os agentes humanos depende, para se exercer, de certas concepções (inter) subjetivas por eles mantidas. Para continuar com a ilustração anterior, as estruturas do capitalismo não são independentes da crença intersubjetivamente partilhada no valor monetário de cédulas de dinheiro, crença sem a qual tais cédulas são “somente” pedaços de papel. Por fim, ainda que estruturas sociais imbuídas de tais ou quais poderes causais possam adquirir uma “longa duração” (Braudel) que ultrapassa

a biografia de qualquer agente individual, sua durabilidade não é universal no tempo e no espaço – como exemplificado pelos milhares de anos em que a vida econômica do *homo sapiens* não se organizou segundo moldes capitalistas.

Para uma ontologia estratificada da vida social

Nos termos mais gerais, e para além do vínculo com as ideias originais de Roy Bhaskar, poder-se-ia dizer que a principal contribuição do realismo crítico para as ciências sociais está no incentivo que ele dá à formulação de ontologias estratificadas do mundo social. Após um século inteiro de reducionismos de matizes e sentidos diversos, a teoria social pode apreender os diferentes níveis da vida societária como *relativamente autônomos* e, ao mesmo tempo, *causalmente interinfluentes* de modos *empiricamente variáveis*. Dentre os realistas, minha versão predileta de ontologia estratificada da ordem social não vem de Margaret Archer, cujo antigiddensianismo me parece exagerado¹⁵, mas de seu fiel admirador Frédéric Vandenberghe (2010, p. 201-204). Em uma crítica de inspiração realista à ontologia plana propugnada pela teoria

15 Mal orientada é também a crítica de Bhaskar (1998, p. 35-36) ao modelo do mundo social formulado por Berger e Luckmann (1985). Segundo o progenitor do realismo crítico, os autores de *A construção social da realidade* estariam errados em afirmar que os agentes humanos criam circunstâncias sócio-históricas. Na medida em que a conduta individual intencional pressupõe um ambiente social pré-formado para sua realização, defende Bhaskar, os atores individuais nunca criam, mas apenas reproduzem ou transformam as condições sociais com que se defrontam. No entanto, não há dúvida de que Berger e Luckmann reconhecem, de muito bom grado, a precedência histórica e “biográfica” da sociedade em relação a qualquer agente individual particular. Ainda assim, para eles, seria legítimo caracterizar o *milieu* social pré-constituído no qual o indivíduo vem ao mundo como uma *criação* histórica de gerações passadas de agentes humanos. O marxista Bhaskar teria uma réplica à mão para rebater esta afirmação: as gerações passadas de agentes também intervieram na história não em circunstâncias sociais que elas próprias haviam criado, mas naquelas que lhes foram “legadas e transmitidas do passado” (MARX, 1974, p. 17). É verdade, mas Berger e Luckmann poderiam retrucar, em réplica à réplica, que a crítica de Bhaskar só seria válida se a ideia de “criação” fosse equiparada àquela de geração *ex nihilo*, como no *fiat lux* divino que abre o livro do Gênesis. Creio que Berger e Luckmann teriam razão. Ao sustentar sua tese de que os agentes individuais não criam estruturas coletivas, mas apenas reproduzem ou transformam os contextos socioestruturais em que se encontram imersos, Bhaskar (1998, p.37) assemelha esse tipo de agência à prática de uma escultora que usa suas intenções expressivas e capacidades técnicas para moldar um material já dado, transformando-o, assim, em uma obra artística. O acento primordial de Bhaskar recai sobre o fato de que a escultura não brota do nada, pois a escultora utiliza uma série de ingredientes pré-construídos, tanto de natureza material (p.ex., mármore, martelo) quanto ideacional (p.ex., modelos artísticos obtidos do estudo atento de esculturas consagradas). Mas não é preciso negar esse fato para que se fale inteligivelmente, ainda assim, na criação de uma obra artística, como fazem Berger e Luckmann, a linguagem de senso comum e mesmo a pesquisa acadêmica sobre criatividade (p.ex., SAWYER, 2012). Por outro lado, se, como quer Bhaskar, não há “criação” quando o que ocorre é a transformação de materiais e informações previamente dados, não poderíamos afirmar que Michelangelo *criou* a escultura de David ou que Machado de Assis *criou* o personagem

do ator-rede de Bruno Latour, o sociólogo belga retrata o universo societário como composto de cinco esferas ontológicas relativamente autônomas e, ao mesmo tempo, causalmente interinfluentes: individual, interacional, institucional, estrutural e cultural. Introduzindo duas subdimensões na tradicional divisão tripartite entre os âmbitos micro, meso e macro da vida social, Vandenberghe começa pela identificação de dois domínios microscópicos, a saber, o individual e o interacional. Como o termo já indica, o nível individual refere-se à sociedade tal como subjetivamente experimentada e representada pelos indivíduos, os quais circulam nos seus cenários de experiência de posse de saberes práticos e discursivos sobre tal sociedade, formulam ideias explícitas acerca dela quando instados a isso (p.ex., ao decidirem em quem irão votar) e, em um âmbito mais difuso, “sentem” a presença circundante do social na sua própria carne (PETERS, 2017a).

Também como indicado pela própria conceituação, o nível interacional capta encontros em que pessoas dirigem imediatamente suas ações umas às outras, seja em cenários co-presenciais (p.ex., conversa no escritório), seja através de meios tecnológicos (p.ex., diálogo via Skype). Tais interações não podem ser tomadas nem como microcosmos impermeáveis a influências trans-situacionais (p.ex., as posições objetivas e trajetórias socializadoras de classe, raça, gênero etc. dos indivíduos em interação) nem como meros epifenômenos de tais influências. Para além de sua conceituação teórica como uma esfera ontológica influenciada por fatores meso

e macro, mas relativamente autônoma quanto a eles, o grau em que uma interação real é mais ou menos afetada por forças trans-situacionais é uma questão empírica. Ao mesmo tempo, alguns dos atributos do âmbito interacional podem ser tomados como propriedades universais “do domínio inter-humano” como tal, constitutivas do que Vandenberghe chama, na esteira de Goffman, de uma “ordem de interação *sui generis*”¹⁶ (2010, p. 202).

No nível mesoscópico da vida social, Vandenberghe encontra o domínio das *instituições*, identificadas a padrões recursivos e multissituacionais de conduta e de relacionamento. Tomado nesta acepção técnica, o conceito de “instituição” social inclui organizações formais voltadas a fins específicos (p.ex., o Ministério da Educação ou a Universidade Federal de Juiz de Fora), mas não se reduz a elas, estendendo-se ao conjunto de formas de ação e relação padronizadas em determinado contexto societário (p.ex., o casamento monogâmico ou o festejo de São João). Na trilha da teoria da estruturação de Giddens (1979; 2003; PETERS, 2017b), a caracterização de uma instituição como “recursiva” implica que ela não é somente uma circunstância ou efeito exterior às ações, mas um “recurso” indispensável à constituição de tais ações. Seu caráter multissituacional deriva do fato de que a institucionalização de modos de conduta e relação social permite que uma multiplicidade de cenários locais de ação sejam interconectados entre si, graças ao fato de que os agentes em tais cenários se orientam pelos mesmos parâmetros institucionais.

Brás Cubas. Uma vez que tanto o vocabulário ordinário quanto os estudos especializados sobre criatividade já se referem a processos de “criação”, sem deixar de reconhecer que eles dependem de ingredientes historicamente disponíveis aos seus criadores, a crítica de Bhaskar é desnecessária e propensa a gerar mais confusão do que esclarecimento.

16 Intérpretes que tomam a obra de Goffman como um mapeamento dessas propriedades universais da ordem da interação (p.ex., Giddens [2003, p. 62]) já sublinharam, por exemplo, uma série de consequências normativas da importância da face como fonte física da fala e, mais amplamente, signo de expressão da vida subjetiva dos indivíduos com os quais se interage. É com base nessa função comunicativa desempenhada pela face que podemos compreender, digamos, por que o ato de virar as costas para uma pessoa que está falando é universalmente tomado como manifestação de indiferença ou desdém (Ibid.). Em idiomas os mais diversos, ademais, as palavras que se referem à face ou rosto tendem a ser utilizadas também para designar autoestima, dignidade ou prestígio diante dos outros. Como é sabido, Goffman (1963) explorou em detalhe o significado sociológico do fato de que a experiência da vergonha e do embaraço diante de uma “audiência” interacional seja designada, em inglês, pela expressão “perder a face” (“*to lose face*”). Embora tal expressão não seja corrente no português, a conexão apontada reflete-se em um termo como “cara de pau”, utilizado em nossa língua precisamente para tratar de pessoas que parecem estar além (ou aquém) da vergonha e do embaraço.

Nesse sentido, por exemplo, o fato de que uma multiplicidade de atores organizam festas de São João em junho, em cenários espalhados pelo Brasil, contribui para a reprodução histórica de tais festas como características institucionais do “Brasil” como sociedade ou, nos termos de Giddens, “sistema social”. De modo análogo, o casamento monogâmico, que os indivíduos encontram primeiramente como uma instituição já existente em seu contexto social, pode ser gradualmente “interiorizado” via socialização na forma de um anseio subjetivo daqueles indivíduos. Na medida em que eles vêm a comportar-se segundo o que os membros de seu contexto social esperam deles, suas práticas maritais contribuem para a reprodução da instituição “casamento monogâmico” como padrão societal, ainda que essa reprodução não seja o propósito dos indivíduos envolvidos nos casamentos particulares (BHASKAR, 1998, p. 37).

Como adiantamos, o domínio meso inclui, segundo Vandenberghe, as modalidades particulares de instituição que são *organizações*, como hospitais, escolas, universidades e ministérios. Uma organização é um arranjo institucional voltado ao cumprimento de finalidades particulares, com base em estratégias e regras relativamente bem definidas:

“As organizações formam um subtipo das instituições. Criada para a realização mais eficaz de uma finalidade específica, a organização compõe-se de membros e dispõe de procedimentos e regras mais ou menos formais que permitem mobilizar e coordenar os esforços dos indivíduos, dos grupos e dos subgrupos da organização a fim de perseguir um objetivo coletivo e corporativo”. (VANDENBERGHE, 2010, p. 202).

Na passagem do nível micro ao nível meso, já nos vemos diante do confronto analítico entre perspectivas que sustentam a primazia explicativa de um ou outro âmbito ontológico. A estratégia “ascendente” (*bottom-up*) de explicação, capitaneada por autores como Randall Collins, defende que quaisquer

características organizacionais são explicáveis, em última instância, como meros agregados de condutas individuais transcorrendo em uma multiplicidade de microcenários. Nesse sentido, por exemplo, uma noção como a “máquina burocrática do estado brasileiro” seria apenas uma abstração conveniente que nos permite resumir um conjunto de microcenários (repartições, escritórios, secretarias etc.) mediante os quais aquela “máquina” existe como uma combinação complexa de microinterações. Em explicações “descendentes” (*top-down*) como aquelas propostas pela “sociologia estrutural”, por outro lado, são as propriedades das organizações como realidades sociais autônomas que explicam as condutas dos indivíduos empíricos que nelas operam. As expectativas normativas associadas aos papéis institucionais de professor e aluno ou de médico e paciente, por exemplo, se imporiam com tamanha força aos indivíduos empíricos que os desempenham que os tornariam intercambiáveis.

A crítica inteligente que Douglas Porpora (1998) avança contra o microrreduccionismo de Collins e a sociologia estrutural de Blau revela uma interessante via média que toma os níveis micro e meso como inter-relacionados, porém dotados de autonomia relativa. Na argumentação de Porpora, Collins teria razão em sustentar que quaisquer características organizacionais só adquirem continuidade histórica caso sejam reproduzidas pelas práticas interativas de agentes individuais de carne e osso, os quais podem operar em diferentes microcenários. Ao mesmo tempo, os padrões de conduta embutidos na organização como tal, como os já citados deveres e prerrogativas associados a papéis organizacionais específicos (p.ex., delegado, juiz, ministro, professor), influenciam causalmente as práticas dos indivíduos empíricos que os desempenham. *Pace* sociologia estrutural, por um lado, o fato de que a organização tem uma autonomia relativa frente aos seus membros empíricos não torna esses últimos simplesmente intercambiáveis, uma vez que os imperativos organizacionais dependem da agência de tais membros para sua atualização e não roubam deles suas margens de manobra

(p.ex., a liberdade do professor para desenvolver um estilo de aula mais ou menos formal ou do juiz em atuar de modo mais ou menos leniente etc.). *Pace* reducionismo microssociológico, por outro lado, a dinâmica interacional interior a uma organização depende não apenas de agentes empíricos, mas de um sistema de posições dotadas de propriedades intrínsecas - por exemplo, as responsabilidades inerentes a um cargo de chefia, independentemente do indivíduo empírico que o ocupa. Ainda que tal sistema de posições dependa das práticas efetivas dos membros da organização para se reproduzir, ele exerce sobre as práticas uma influência causal relativamente autônoma¹⁷ (PORPORA, 1998, p. 346).

Finalmente, no nível macroscópico, encontramos o que realistas críticos (BHASKAR, 1998, p. 206-218; PORPORA, 1998; VANDENBERGHE, 2010, p. 204) caracterizariam como a *estrutura* de uma formação social *in toto*, a qual corresponde a um sistema de relações entre posições diferencialmente definidas (i.e., umas com base nas outras). Uma concepção topológica e materialista (*lato sensu*) do social toma as diferentes posições de uma macroestrutura social como atreladas a uma distribuição mais ou menos desigual de recursos de poder, isto é, de formas diversas de “capital” (Bourdieu), como posses econômicas, competências educacionais ou alianças pessoais com figuras influentes. Por

conta dessa distribuição, as posições estruturais são dotadas de *interesses* intrínsecos ou objetivos que exercem uma pressão sobre as *motivações* subjetivas dos agentes que as ocupam, o que não significa que os interesses determinem as motivações mecanicamente. Finalmente, ao lado de uma ordem material de posições estruturais, o âmbito macroscópico da vida social abriga também uma ordem *cultural* composta pelo estoque de ideias intersubjetivamente partilhadas em uma formação societária, tais como as representações significativas através das quais seus membros dão inteligibilidade ao mundo e coordenam suas ações. Uma caracterização dessa realidade ideacional como “sistema” se justifica, para Margaret Archer (1988), pelo fato de que as ideias culturais estão interconectadas umas com as outras, ainda que o caráter sistêmico da cultura não deva ser entendido como ausência, nela, de tensões e contradições internas¹⁸ (MERQUIOR, 1979).

Conclusão

Não admira que o realismo crítico de Bhaskar tenha desembocado em uma crítica simultânea à reificação holista e ao reducionismo individualista como retratos ontológicos da vida social. A própria pintura ontológica do mundo natural que o autor angloindiano extraíra de sua

17 Vale a pena reproduzir por extenso a crítica de Porpora ao microrreducionismo de Collins: “...de acordo com Collins, o poder é simplesmente uma abstração do tipo de padrão comportamental que emerge quando os mais poderosos interagem com os menos poderosos. Isto, no entanto, é um grande erro. Não explica por que, em organizações formais, por exemplo, o chefe exibe o padrão de comportamento do poderoso e o subordinado, o padrão de comportamento do menos poderoso. Por que não se dá o contrário? A resposta a isso é obviamente que o chefe, em virtude da sua posição social, tem certas prerrogativas sobre a vida da pessoa na posição social de subordinado. Estas prerrogativas incluem as habilidades de demitir, promover e determinar o pagamento e a carga de trabalho do subordinado. (...)...tais prerrogativas não são, elas próprias, comportamentos, mas propriedades disposicionais embutidas na posição social do chefe. Ainda que estas habilidades possam nunca ser manifestas, são elas que explicam o padrão de comportamento que vemos. (...)...tais habilidades são propriedades disposicionais de uma posição social (de chefe) que existe apenas em relação a outras posições sociais” (PORPORA, 1998, p. 346).

18 O conceito de ordem cultural trabalhado por realistas como Porpora e Vandenberghe corresponde, grosso modo, à noção de “estrutura” proposta por Giddens (2003) em diálogo crítico com o estruturalismo, enquanto a concepção de “sistema social” delineada pelo último se encaixa, em grande medida, na definição materialista de “estrutura” defendida pelos dois primeiros. A teoria da estruturação desliga a noção de estrutura da “forma” ou “geometria” posicional dos relacionamentos internos a um contexto social, reservando-a para as “regras e recursos” gerativos que os agentes mobilizam nas práticas pelas quais aquela “forma” ou “geometria” (i.e., o sistema social) é historicamente produzida e reproduzida. Sem negar que o conceito “culturalista” de estrutura formulado por Giddens apreende uma dimensão ontológica importante da vida social, Porpora sustenta que o autor britânico termina por conferir aos sistemas de posições sociais um status epifenômenoico, isto é, a reduzi-los a efeitos da dialética entre agência e estrutura (no sentido

reflexão transcendental já trilhava um caminho do meio entre uma visão que concebe as relações entre entidades naturais como simples agregados de suas propriedades inerentes, de um lado, e uma concepção que nega às entidades quaisquer propriedades que existam independentemente de suas relações, de outro. Devido às suas estruturas internas, as entidades em interação no mundo possuem suas próprias propriedades e tendências, forças e suscetibilidades causais, estejamos falando da capacidade humana de comunicação verbal ou da capacidade do vento em exercer força sobre as folhas de coqueiros. Explicar as propriedades causais das diferentes entidades do mundo é mostrar que elas derivam de suas respectivas estruturas internas, e explicar a ocorrência de eventos específicos é, por seu turno, recuperar as *relações conjunturais* entre as entidades cujos mecanismos particulares interagiram para produzir aqueles eventos. Eis porque não se pode nem tomar as relações entre entidades como meros agregados de suas propriedades intrínsecas, por um lado, nem caminhar, por outro lado, para um hiper-relacionismo que abandone a ideia mesma de propriedades intrínsecas às entidades (i.e., propriedades cuja existência independe de suas relações com outras entidades) (PORPORA, 2018). Seja como for, no que toca à relação entre a caracterização teórica do mundo social e o estudo empírico de fenômenos sociais concretos, uma ontologia estratificada que identifica níveis relativamente autônomos, porém interfluentes, é também uma ontologia dotada de suficiente “flexibilidade” analítica (SIBEON, 2004, p. 197) para orientar a pesquisa empírica de modo fecundo, sem deixar de ser sensível à imensa variedade das influências e contrainfluências entre os níveis diversos da vida social.

culturalista ou “gerativista” que lhe dá Giddens). Porpora (1998, p. 353), por outro lado, não pretende estabelecer uma primazia explicativa da ordem material sobre a ordem cultural, mas somente, segundo sua argumentação, sublinhar a autonomia causal relativa da primeira, autonomia que teria sido negada por Giddens. No entanto, se Porpora não pretendeu transformar as “regras e recursos” intersubjetivos de Giddens em simples epifenômenos das injunções da ordem material (PORPORA, 1998, p. 353), o próprio Giddens (1989, p. 253-259), em resposta a críticas similares àquelas feitas por Porpora (p.ex., THOMPSON, 1989), afirmou reconhecer os sistemas de relações entre posições como imbuídos de tendências causais intrínsecas. Por esses e outros motivos, vários dos quais não tenho espaço para explorar aqui, creio que os informes sobre a suposta incompatibilidade entre o realismo crítico e a teoria da estruturação foram altamente exagerados.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Jeffrey. “O novo movimento teórico”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 2, 1987.

_____. “A importância dos clássicos”. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan. . São Paulo: Unesp, 1999.

ARCHER, Margaret. *Culture and agency: the place of culture in social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

_____. *Realist Social Theory: the morphogenetic approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

ARCHER, Margaret et. Al. (Org.). *Critical realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.

BACHELARD, Gaston. “O novo espírito científico”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1985.

BHASKAR, Roy. *Philosophy and the idea of freedom*. Oxford: Blackwell, 1991.

_____. *The possibility of naturalism*. London: Routledge, 1998.

_____. *A realist theory of science*. London: Routledge, 2008.

_____. *Scientific realism and human*

emancipation. London: Routledge, 2009.

_____. *Reclaiming reality: an introduction to contemporary philosophy*. London: Routledge, 2010.

BIRD, Alexander. "Thomas Kuhn". In: ZALTA, Edward(ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. (Winter 2018 Edition), <<https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/thomas-kuhn/>>. Acesso em 1 de Dezembro de 2018.

BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHALMERS, Alan. *O que é ciência afinal?* São Paulo: Brasiliense, 1993.

COLLIER, Andrew. *Critical realism: an introduction to Roy Bhaskar's philosophy*. London: Verso, 1994.

DILTHEY, Wilhelm. *Introduction to the human sciences*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1989.

FEYERABEND, Paul. *Killing time*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

FREITAS, Renan Springer. *Sociologia do conhecimento: pragmatismo e pensamento evolutivo*. Bauru: Edusc, 2003.

GIDDENS, Anthony. *Central problems in social theory*. London: Macmillan, 1979.

_____. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GOFFMAN, E. *Behavior in public places*. New York: Free Press, 1963.

HAMLIN, Cynthia. "Realismo crítico: um programa de pesquisa para as ciências sociais". *Dados*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 2, 2000.

_____. "Uma hermenêutica das conversações

interiores: a noção de sujeito em Margaret Archer e Hans-Georg Gadamer". *Revista Brasileira de Sociologia*, v.2, n.4, 2014.

_____. "Realismo crítico". In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. *Teoria Sociológica contemporânea: autores e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2017.

HARRÉ, Rom; MADDEN, E.H. "Conceptual and natural necessity". In: ARCHER, Margaret et. Al. (Org.). *Critical realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.

HARTWIG, Mervyn. (ed.). "Holy trinity". In: HARTWIG, Mervyn. (ed.). *Dictionary of critical realism*. London: Routledge, 2007.

HARTWIG, Mervyn. (ed.). *Dictionary of critical realism*. London: Routledge, 2007.

HEMPEL, Carl. *A função das leis gerais em história*. In: GARDINER, Patrick (Org.). *Teorias da história*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1984.

HUME, David. *An enquiry concerning human understanding*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

KANT, Immanuel. *Critique of pure reason*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

KOESTLER, Arthur. *The act of creation*. New York: Macmillan, 1964.

KUHN, Thomas. "Reflections on my Critics". In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.

_____. *The Essential Tension*. Selected Studies in Scientific Tradition and Change, Chicago: University of Chicago Press, 1977.

_____. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

- _____. *The road since structure*. CONANT, James; HAUGELAND, John. (org.). Chicago: University of Chicago Press, 2000.
- LAKATOS, Imre. “Falsificationism and the methodology of scientific research programmes”. In: LAKATOS, Imre; MUSGRAVE, Alan. *Criticism and the growth of knowledge*. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- LOPEZ, José; POTTER, Garry (org.). *After postmodernism: an introduction to critical realism*. London/New York: The Athlone Press, 2005.
- LUKES, Steven. *Essays in social theory*. London: Macmillan, 1977.
- MARX, Karl. *O 18 brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. *O Capital* (Livro 1, Volume 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- MERQUIOR, José Guilherme. *The veil and the mask: essays in culture and ideology*. London: Routledge & Keagan and Paul, 1979.
- NAGEL, Ernest. *The structure of science: problems in the logic of scientific explanation*. London: Routledge & Keagan Paul, 1961.
- NORRIS, Christopher. *Against relativism*. Oxford: Blackwell, 1997.
- OUTHWAITE, William. *New philosophies of social science*. London: MacMillan, 1987.
- PETERS, Gabriel. “O social entre o céu e o inferno: a antropologia filosófica de Pierre Bourdieu”. *Tempo Social*, v. 24, n.1, 2012.
- _____. “Anthony Giddens entre a hermenêutica e a crítica: o status do conhecimento de senso comum na teoria da estruturação”. *PLURAL, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v.21, n.2, 2014.
- _____. *Percursos na teoria das práticas sociais: Anthony Giddens e Pierre Bourdieu*. São Paulo: Annablume, 2015.
- _____. *A ordem social como problema psíquico: do existencialismo sociológico à epistemologia insana*. São Paulo: Annablume, 2017a.
- _____. “Anthony Giddens: a dualidade da estrutura”. In: SELL, Carlos Eduardo; MARTINS, Carlos Benedito. *Teoria Sociológica contemporânea: autores e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2017b.
- POPPER, Karl. *Objective knowledge*. Oxford: Oxford University Press, 1972.
- _____. *The logic of scientific discovery*. London: Routledge, 2002.
- PORPORA, Douglas. “Four concepts of social structure”. In: ARCHER, Margaret et al. *Critical realism: essential readings*. London: Routledge, 1998.
- _____. “Critical realism as relational sociology”. In: DÉPELTEAU, François. (Org). *The Palgrave Handbook of Relational Sociology*. New York: Palgrave Macmillan, 2017.
- RORTY, Richard. *Philosophy and the mirror of nature*. Princeton: Princeton University Press, 1981.
- _____. *Contingency, irony and solidarity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- RYLE, Gilbert. *The concept of mind*. London: Routledge, 2009.
- SARTRE, Jean-Paul. *O ser e o nada*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SAWYER, Keith. *Explaining creativity: the science of human innovation*. New York: Oxford

University Press, 2012.

SAYER, Andrew. *Realism and social science*. London: Sage, 2000.

_____. *Method in social Science: a realist approach*. London: Sage, 2010.

SIBEON, Roger. *Rethinking social theory*. London: Sage, 2004.

THOMPSON, John. "The theory of structuration". In: HELD, David; THOMPSON, John (Org.). *Social theory of modern societies: Anthony Giddens and his critics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

VANDENBERGHE, Frédéric. *Teoria social realista: um diálogo britânico*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

_____. *What's critical about critical realism?* London: Routledge, 2013.

WEBER, Max. *Economia e sociedade* (Volume 1). Brasília, UnB, 2000.

WINDELBAND, Wilhelm. "History and natural Science". *Theory & Psychology*, v.8, n.1, 1998 [1894].